

RESENHA AVALIATIVA

REFLEXÕES SOBRE OS CONTEÚDOS DA DIDÁTICA PELAS CONTRIBUIÇÕES DOS ENDIPES E SEUS VÍNCULOS COM O CONTEXTO EDUCACIONAL¹

REFLECTIONS ON DIDACTICS CONTENT THROUGH THE CONTRIBUTIONS OF THE ENDIPES AND THEIR LINKS WITH THE EDUCATIONAL CONTEXT

REFLEXIONES SOBRE LOS CONTENIDOS DE LA DIDÁCTICA A PARTIR DE LAS CONTRIBUCIONES DE LOS ENDIPES Y SUS VÍNCULOS CON EL CONTEXTO EDUCATIVO

ÂNGELA IMACULADA LOUREIRO DE FREITAS DALBEN¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8078-1307>

<tutti.uai@gmail.com>

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil.

INTRODUÇÃO

Esta resenha resulta de uma análise avaliativa realizada com o objetivo de emissão de pareceres, bem como do diálogo colaborativo entre os autores, os avaliadores e a editora-chefe do periódico *Educação em Revista*, Professora Doutora Suzana Gomes. O momento de interlocução entre pares revelou-se bastante rico e profícuo para a produção científica no âmbito da Ciência Aberta, além de marcado por um espírito fraterno e produtivo para todas as partes envolvidas. Nesse sentido, é importante, inicialmente, registrar o agradecimento pela oportunidade de participação nesse processo formativo e colaborativo.

O artigo intitulado “A transformação histórica da didática no Brasil: reflexões sobre o ENDIPE (1972 a 2024) e sua relevância na formação docente” é parte de uma pesquisa de doutorado defendida em 2024. O estudo propõe analisar a história da Didática enquanto campo de saber e disciplina acadêmica, destacando seus marcos institucionais, os processos de divulgação e desenvolvimento, bem como as transformações vivenciadas ao longo do tempo.

A linha de investigação adotada pelos autores baseia-se na possibilidade de construção de uma trajetória de disciplinarização da Didática, considerando momentos significativos e os meios de sua divulgação. O diálogo entre pares foi essencial para melhor situar a pesquisa que deu origem ao texto avaliado, especialmente ao esclarecer que a construção da didática específica da Matemática constituiu um dos eixos centrais da tese de doutorado de um dos autores – informação esta ausente na versão original do artigo. A partir dessa elucidação, justificou-se a opção metodológica pela combinação da

¹ Editora-Chefe participante do processo de avaliação por pares aberta: Suzana dos Santos Gomes.

análise histórica e conceitual, explorando as relações entre a Didática Geral e a Didática Específica, bem como seu entrelaçamento com o contexto educacional brasileiro.

Compreender a origem do problema de pesquisa também foi relevante para justificar o foco analítico no processo de “disciplinarização” da Didática e no direcionamento argumentativo do texto, que busca consolidá-la como uma área voltada para o “ensinar a ensinar”, conforme fundamentado em Castro e Carvalho (2018). Segundo os autores, esse processo de disciplinarização envolveu a legitimação da Didática nos cursos de licenciatura e formação docente; a criação de veículos comunicacionais para divulgar os saberes que a constituem; a elaboração de um aparato teórico-metodológico capaz de atender às demandas da disciplina; e a socialização desses conhecimentos.

Para a composição dessa proposta metodológica, a pesquisa tomou como foco analítico os ENDIPES – Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino –, dada a importância de sua produção para a formação docente e sua capacidade de mobilização de professores e instituições formadoras.

A escolha dos ENDIPES revelou-se pertinente, uma vez que, historicamente, esses encontros se constituem em instâncias relevantes para o debate sobre estudos, pesquisas e experiências relacionadas aos processos educacionais. Reconhecido nacionalmente, o evento, ao longo de suas 24 edições bienais, organizadas e coordenadas por diferentes Instituições de Ensino Superior, tem promovido o intercâmbio de reflexões e pesquisas entre pesquisadores, fomentando um movimento coletivo de produção teórica no campo da Didática. Além disso, o ENDIPE consolidou-se como um dos mais importantes eventos acadêmicos da área da Educação no Brasil.

O artigo situa os processos de ensino como o foco central da Didática e informa que privilegiará autores como Vera Maria Candau, Selma Garrido Pimenta e José Carlos Libâneo como referenciais principais da análise. No entanto, ao longo do texto, diversos outros autores contribuem para a fundamentação teórica, o que motivou, durante o diálogo entre pares, a sugestão de incluir a expressão “dentre outros”. Essa sugestão visa indicar que os nomes citados não esgotam o conjunto de pesquisadores relevantes da área e das coordenações dos ENDIPES, ao mesmo tempo que evita a exaustividade que a nomeação de todos acarretaria.

A pesquisa evidencia que a disciplina Didática pode ser considerada essencial à formação de professores em todos os cursos de licenciatura, conforme indicado na seguinte citação: “Ao examinar a disciplina Didática, tem-se a compreensão dessa disciplina como basilar por ser seu objeto de estudo o processo de ensino e aprendizagem, eixo central dos cursos de formação inicial de professores.” (Marcelo, 1999)

Para os autores que se apoiam em Chervel (1990), a Didática tem origem como uma prática de ensino voltada para uma matéria ou disciplina escolar, estruturando-se em um conjunto variável de elementos. Esses elementos incluem métodos de exposição, exercícios, estratégias de motivação e um sistema de avaliação. Dessa forma, o campo da Didática passa a ser compreendido no contexto das estruturas de ensino e dos métodos de avaliação pertinentes aos conhecimentos particulares de uma dada área. Assim, engloba tanto a organização dos saberes e as abordagens específicas utilizadas no processo de ensinar.

É relevante destacar que a Didática se consolida historicamente no período de transição entre as sociedades medieval e moderna. Nesse contexto de profundas transformações paradigmáticas, as escolas – enquanto espaços sociais voltados ao ensinar e ao aprender – passam por significativas mudanças em sua organização: a disposição das turmas, os currículos e as interações pedagógicas são reformulados. Nesse momento inaugural da área, destaca-se a obra *Didática Magna*, de Comenius, publicada entre 1621 e 1657, que estabelece as bases para a compreensão da Didática como “a arte de ensinar tudo a todos”. Embora a obra percorra amplamente temas como métodos de ensino, estrutura escolar e funcionamento da escola, é apenas no início do século XX que os estudos sobre a disciplina Didática são sistematizados, permitindo a compreensão mais aprofundada de sua dimensão técnica, científica e política, bem como de suas finalidades e limites.

Fundamentando-se em Libâneo, o texto discute a formação de professores e sua articulação com a Didática Específica, da formação teórico científico do profissional em sua área acadêmica, da formação técnico prática e científica na perspectiva pedagógica, incluindo aí os conhecimentos da disciplina Didática e da Práticas de Ensino. Nesse debate, Pimenta ressalta a importância do esforço para

superar uma visão conservadora da Didática ainda influenciada pelos pressupostos de Comenius. Para a autora, o ensino ocorre em situações historicamente situadas, nos diversos contextos sociais em que se insere. Daí decorre a necessidade de contextualizar a prática educativa como uma ação social “viva”, em que teoria e prática se tornam indissociáveis no plano da subjetividade do educador, de modo que este mantenha um diálogo contínuo com a realidade. “Nesse sentido, é reforçada a importância da Didática como um campo integrador, que articula diferentes saberes e experiências na formação docente, em vez de fragmentá-los em abordagens isoladas ou dicotomizadas.” (Cunha, 2001)

Dessa forma, o texto destaca o papel fundamental da Didática na construção de um professor reflexivo e consciente de suas escolhas pedagógicas, compreendendo as implicações de suas ações na prática educativa. Ressalta-se, portanto, a importância de o profissional dominar não apenas o conteúdo específico de sua área, mas também os fundamentos pedagógicos que sustentam a ação docente. Essa formação possibilita ao educador atuar com autonomia e responsabilidade em diferentes contextos educacionais.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA DIDÁTICA NO BRASIL

O cerne dessa discussão está na evidência de que o percurso histórico da Didática se alinha com clareza aos caminhos da educação brasileira ao longo do tempo. De Comenius até o *Manifesto dos pioneiros*, em 1932, vários debates se instauraram, e a questão do acesso à educação e o papel social da escola ganharam relevância. Nesse sentido, o processo de ensino assume uma dimensão investigativa, abordando problemas educacionais de forma mais ampla.

Integrada às origens e às perspectivas das políticas educacionais, a Didática permaneceu ancorada numa abordagem conservadora e transmissiva até os anos 1960, com o tecnicismo, fundamentada em correntes pragmáticas e alinhada ao contexto sociopolítico e econômico nacional. Embora a racionalidade técnica tenha marcado a formação prática dos professores em diferentes períodos, a perspectiva crítica esteve presente em aspectos possíveis dos contextos educacionais. Assim, Veiga (2009) nos alerta:

É evidente que as perspectivas de formação devem ser analisadas no âmbito do contexto social mais amplo, bem como no bojo da concepção de profissão, profissionalismo e profissionalização. É preciso, também, perceber como os profissionais do magistério vêm inserindo-se nesse cenário e quais os limites e as possibilidades do desempenho de sua tarefa no cotidiano das escolas (Veiga, 2019, p. 20-21).

Embora a disciplina tenha se firmado ao longo desses anos como altamente significativa e fundamental na formação dos docentes e no ensino de qualidade social, desafios a acompanham durante toda essa trajetória, como o preconceito de ser uma disciplina meramente prescritiva, neutra e universal, desconsiderada em sua condição de estar inserida em um contexto múltiplo de interações sociais, políticas e econômicas.

OS CONTEÚDOS DA DIDÁTICA EXPLICITADOS POR MEIO DOS ENDIPES

A proposta do artigo de explorar as temáticas dos eventos e compreender os critérios que fundamentaram essas escolhas temáticas, além de situar cada encontro em seu contexto histórico, teve por objetivo reconstruir o caminho dinâmico pelo qual a Didática percorreu, afirmando-se como um campo de conhecimentos vinculado às transformações sócio-históricas dos processos educacionais. Será particularmente a partir desse foco que me vejo estimulada a complementar as contribuições dos autores, por meio das minhas próprias experiências e reflexões como pesquisadora da área, e a partir de algumas referências acadêmicas que já se debruçaram sobre a temática.

Em relação aos momentos inaugurais da disciplina e à sua capacidade de integrar e aglutinar estudiosos, hoje percebo com mais nitidez o pioneirismo e a autenticidade da Didática frente aos movimentos coletivos de produção acadêmica, bem como sua relevância e excelência nos fundamentos e nas contribuições relativas às novas temáticas que lhe foram incorporadas. Isso confere profunda

singularidade às reflexões sobre a relação pedagógica no processo de ensino, além de evidenciar sua criticidade diante do campo de forças políticas que tensionam a prática educacional no Brasil e no mundo.

O artigo aponta o 1º Encontro Nacional de Professores de Didática, ocorrido em 1972 em Brasília, como o momento inaugural da disciplina. Marcado fortemente pelo período militar, as discussões neste evento giraram em torno da necessidade de formar professores tecnicamente competentes e, acima de tudo, comprometidos com o programa político e econômico do governo. Na introdução, o artigo situa esse contexto do início dos anos 1970 como desencadeador e mobilizador dos estudiosos da área, numa tentativa de situar-se e posicionar-se frente à importância do debate, quando tensões de ordem política aconteciam no Brasil com novas leis, incluindo a LDBEN 5.692/1971.

Aprofundar um pouco mais sobre esse 1º Encontro Nacional de Práticas de Ensino em 1972, ocorrido em Brasília, tornou-se importante para as argumentações que desejo considerar. Para isso, é fundamental trazer a referência do livro de Oliveira (1988), *O conteúdo da Didática: um discurso da neutralidade científica*, fruto de uma pesquisa acadêmica pioneira, publicada em livro apenas oito anos após a defesa do mestrado. Essa obra trouxe luz aos fundamentos e às práticas da disciplina nesse precioso período de sua constituição, sendo leitura obrigatória de professores de Didática e estudantes de Pedagogia desde então.

O prefácio do livro foi escrito por Magda Soares, orientadora da dissertação, que situa de maneira clara o contexto e a importância desse primeiro evento. Soares cita, inclusive, nos rodapés do texto, a referência dos anais do encontro: I Encontro Nacional de Professores de Didática: conclusões. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, INEP/MEC, 59 (129): 153-156, jan./mar. 1973.

É sabido que esse período foi marcado pelas dificuldades de mobilização na área da Educação, em que a universidade estava sob a mira da Ditadura Militar, e toda produção acadêmica era vista com suspeita. Realizar um encontro de professores não era tarefa fácil e exigia motivação e compromisso individuais com a causa. Soares comenta, inclusive, sobre a importância do processo de contextualização dos eventos, proposta no artigo em análise, pois, segundo ela, cada um deles foi um acontecimento histórico-institucional, produto de sua época, que nos permite vislumbrar a evolução dos debates e da crítica sobre a Didática (Soares *in* Oliveira, 1988, p. 15). Recorremos às suas palavras para caracterizar este primeiro momento:

Foi o momento em que o planejamento educacional passou a integrar o Plano Nacional de Desenvolvimento, tornando-se a educação “área prioritária”, pela primeira vez assumida explicitamente pelo Estado como instrumento a seu serviço. [...] Então, as palavras de ordem eram eficiência e eficácia, produtividade, racionalização, operacionalização, diagnóstico, análise ocupacional, recursos humanos, mercado de trabalho, tecnologia de ensino... Essa ideologia, que inspirou as reformas do ensino superior e do ensino de 1º e 2º graus, marca fortemente o documento de “conclusões” que resultou do I Encontro Nacional de Professores de Didática, realizado exatamente no ano seguinte à promulgação da Lei nº 5.692/71 (Soares *apud* Oliveira, 1988, p. 16).

Dez anos depois, aconteceu o seminário “A Didática em Questão”. Comparando-se as preocupações e centralidades dos debates entre os dois eventos, pode-se afirmar que o primeiro trazia sentidos diferentes do segundo. No primeiro, a Didática na formação do professor estava pressionada pelo projeto nacional, sendo vista como possível articuladora da política educacional vigente; no segundo, era possível abrir-se à crítica do momento, repensando e revisitando a Didática a partir de uma perspectiva situada do processo educacional, que acontece em contextos específicos.

Como área ou disciplina nos cursos de formação de professores, a Didática inicia seu percurso histórico pressionada pela ideia de uma prática que deve integrar-se e comprometer-se com um projeto educacional de governo. Em seguida, volta-se para a crítica à ideologia vigente e à construção de uma nova sociedade, alinhando-se ao lema “Educação para a Mudança”.

É instigante pensar como esses movimentos refletem o momento político nacional e estão profundamente vinculados aos processos de constituição e transformação dos debates sobre a Didática. O contexto era de pressão popular pela abertura do regime político instalado em 1964, que, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, começou a distender-se e a esgarçar suas amarras. Delineia-se, a partir de então, um terreno fértil para a crítica à ideologia dominante, o que introduz possibilidades de discursos

emancipatórios no ensino, especialmente nas discussões sobre a relação pedagógica entre professor, aluno e conhecimento.

Considerando o I Encontro de Professores de Didática em Brasília e associando-o ao movimento que se instala em torno de suas origens e da disciplinarização da Didática, torna-se relevante complementar a reflexão sobre essas origens, retomando a importante produção da professora Maria Rita Neto Salles Oliveira, que, ainda em 1980, apresentou sua dissertação de mestrado ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG. A produção de Oliveira foi uma das primeiras dissertações na área. Sua pesquisa analisou exaustivamente a constituição do conteúdo da Didática no contexto intelectual brasileiro, identificando e evidenciando sua perspectiva inicial de neutralidade científica, desvinculada dos contextos gerais e das finalidades políticas da Educação Nacional.

A autora constrói sua crítica à própria concepção de Didática e ao seu papel na formação dos educadores, oferecendo numerosos e ricos elementos de análise, aspectos que serão fundamentais para as produções posteriores à realização do seminário “A Didática em Questão”, e que contribuirão para a história e consolidação do campo. Importante salientar, ainda, que, considerando o movimento de constituição da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, este período é marcado pela delimitação do que viria a ser uma área das Ciências da Educação. Nesse contexto, a obra de Oliveira contribui para demarcar o objeto de pesquisa da Didática como área de produção científica, com um campo próprio de investigação – o processo de ensino – e categorias fundamentais de estudo – os elementos da didática –, situando-a como um campo científico voltado à análise dos fenômenos educacionais.

A oposição ao governo, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, trouxe novas perspectivas ideológicas às reflexões da época. Foram dez anos entre o primeiro evento, em 1972, e o seminário “A Didática em Questão”, em 1982. Esses eventos ainda separavam os campos da Didática Geral e das Práticas de Ensino, mas a tônica do debate era unificadora: não caberia uma Didática de cunho reproduutor fora dos contextos das interações sociais – sejam pedagógicas, políticas ou relacionadas às lutas de classe e desigualdade educacional. Como ressaltado por Oliveira, era urgente afirmar a Didática como uma área científica com objeto e posicionamentos próprios.

Foi a partir de 1987 que os encontros de Didática e de Prática se unificaram, conforme o próprio nome ENDIPE indica – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino –, considerando que seus objetos de discussão e reflexão possuíam naturezas semelhantes e relacionadas aos processos de ensino. A partir de então, percebe-se que cada evento buscou avançar, apontando para novas preocupações – diferentes, porém complementares – sempre vinculadas aos desafios dos debates acadêmicos e político-educacionais de cada momento histórico. Os autores do artigo situado nesta resenha salientam o avanço na mobilização e participação da categoria docente, tanto da acadêmica oriunda das instituições de ensino superior quanto dos profissionais da Educação Básica, em virtude da realização dos ENDIPES. Avalia-se essa participação conjunta como uma importante aproximação entre a academia e a escola pública, promovida pela abertura do debate acadêmico às questões e desafios advindos da realidade prática – como a diversidade cultural, as questões de gênero e etnia –, exigindo a incorporação de novas categorias e práticas sociais às temáticas que permeiam o processo educativo e o ensino. Essa integração pode ser explicada também pela inclusão da disciplina de Estágios Supervisionados como campo prioritário na formação docente, incorporando, nesses novos espaços, outros aspectos relevantes nos debates sobre o ofício de ensinar. Consequentemente, essa assimilação de temáticas mobilizaria outros sujeitos interessados nas reflexões e construção do campo, fortalecendo a participação da comunidade docente nos ENDIPES.

Entretanto, foi a partir dos anos 2000 que os encontros começaram a revelar seu grande potencial para a ampliação das temáticas voltadas à compreensão do fenômeno educacional. A categoria da complexidade, como eixo e foco dos contextos culturais e sociais, passou a predominar. Questões relacionadas à igualdade, às memórias e às culturas locais reforçaram a necessidade de práticas pedagógicas que dialogassem com os desafios contemporâneos, incluindo a garantia do direito à escola pública democrática e de qualidade. Nesse contexto, a disciplina Didática passou a ser vista como um campo capaz de propor caminhos inovadores para a construção de políticas educacionais, reafirmando seu compromisso com valores democráticos, inclusivos, com a formação crítica e a justiça social.

O artigo, porém, não explicita discussões relevantes ocorridas especialmente nos eventos da primeira década dos anos 2000. Por isso, consideramos fundamental retomá-las aqui, uma vez que foi justamente nesta década que se fortaleceu a articulação entre os contextos das políticas públicas educacionais e a produção acadêmica das pesquisas na pós-graduação. O resultado dessas produções e das temáticas abordadas se concentrou, com intensidade, nos movimentos de constituição dos eixos das políticas educacionais nacionais. Assim, destacamos a seguir, de forma sintética, algumas temáticas relevantes dessa década.

O XI ENDIPE, ocorrido em Goiânia, em 2002 (Tiballi, 2003), discutiu a formação de professores sob diferentes prismas, ressaltando a importância de múltiplos olhares e da pluralidade de ideias. A reflexão central incidia sobre os dilemas dessa formação diante da diversidade de sujeitos presentes nas salas de aula. As discussões da década anterior – especialmente com a promulgação da LDBEN 9.394/96 e a garantia do direito à educação presente na Constituição de 1988 – refletiram diretamente nas transformações sociais relativas ao acesso à escola e à incorporação de novos sujeitos ao espaço escolar, bem como nos parâmetros de avaliação das aprendizagens, voltados à permanência e à continuidade nos processos de escolarização. Dessa forma, aspectos que revelavam uma nova realidade social, marcada por características inéditas à época, trouxeram novas problematizações à área. Pesquisas evidenciaram práticas pedagógicas oriundas de administrações públicas progressistas, que introduziram os ciclos de formação e novas concepções de avaliação da aprendizagem, com destaque para projetos como Escola Plural, Escola Cidadã e Escola Candanga, implementados no período pós-LDBEN. Emergia, então, a pergunta: como garantir um ensino de qualidade que respeite a diversidade social, cultural e humana? Paralelamente, outra ênfase, aparentemente contraditória e também introduzida pela legislação, foi marcada pelas primeiras experiências de avaliação externa promovidas pelo INEP, como o SAEB, ENADE, o Provão e a constituição das Diretrizes Curriculares Nacionais. O debate sobre o que seria a “qualidade da educação” tornou-se uma pauta crucial, exigindo a consideração dos contextos e sujeitos implicados nos resultados da Educação Nacional, aspecto essencial nas análises críticas das políticas educacionais implementadas.

No XII ENDIPE, realizado em Curitiba, em 2004, a centralidade da discussão retornou à produção do conhecimento e sua epistemologia, conforme indica o título do evento: *Conhecimento local e conhecimento universal*. Ainda sob o impacto das discussões de 2002, o debate sobre a Didática como área científica reaparece com força, enfrentando os dilemas próprios do campo. Uma fala emblemática da pesquisadora Agnella Giusta foi lembrada na época: “O conhecimento se faz enquanto é feito! É um processo coletivo” (Romanowski, 2004, p. 8). Enquanto o evento se desenvolvia com a diversidade dos contextos das práticas pedagógicas apresentadas em painéis e simpósios, destacava-se a tensão entre a complexidade dos fenômenos pedagógicos e a hegemonia de certos saberes e relações de poder no campo educacional. Observa-se que a criticidade do debate no campo da Didática se integrava à exigência de um enfoque científico sobre a prática pedagógica e suas demandas.

No XIII ENDIPE, ocorrido em Recife, em 2006 (Silva, 2006), as discussões retomaram a centralidade dos sujeitos nos processos formativos. O tema do evento – *Questões Pedagógicas e Processos Formativos: compromissos com a inclusão* – refletia o compromisso com uma educação de qualidade social, voltada ao direito de todos, à democratização do conhecimento, à ética e ao respeito à diversidade. A partir de então, o conceito de Qualidade Social da Educação passou a ser objeto de pesquisa, envolvendo debates retomando os dilemas anteriores, especialmente os relacionados às Avaliações Externas e suas contradições. Defendia-se a ampliação do diálogo entre pesquisadores, professores da Educação Básica e demais agentes escolares, considerando os espaços e tempos da experiência educativa e a pluralidade de sujeitos presente nas salas de aula e nas instituições escolares.

Esse evento destacou-se também por romper com perspectivas instrumentalistas da educação e pelo enfrentamento do reducionismo técnico e científico. A abertura a novas temáticas, a valorização dos saberes da experiência e o foco nas subjetividades individuais e coletivas tornaram-se centrais. Questões éticas, estéticas e ecológicas, o multiculturalismo – há muito defendido por Vera Candau – e a dimensão comunicativa e informacional passaram a ocupar lugar de destaque nas discussões. O movimento ENDIPE assumia, assim, a causa da crise da formação humana, ancorando-se na ideia da qualidade social da educação como um conceito estruturante das questões educacionais.

O XIV ENDIPE, realizado em Porto Alegre, em 2008, acrescentou a dimensão da territorialidade e das trajetórias socioculturais dos sujeitos como elementos centrais de reflexão. A educação passou a ser compreendida como um processo enraizado nas contingências de seu tempo e espaço. A perspectiva do “pensar” e do “fazer” foiposta como inseparável. Como já era comum entre os coordenadores dos eventos, buscou-se estabelecer vínculos conceituais com as edições anteriores. Citando Wachowicz, coordenadora do XIII ENDIPE: “A Didática e a Prática de Ensino fazem parte do campo de conhecimento no qual teoria e prática da educação interagem e se encontram na forma dialética pela qual o conhecimento se apresenta como vida e fonte de vida” (Cunha; Abrahão, 2008, p. 11). A sensação entre os participantes – especialmente os que acompanhavam os ENDIPES desde suas origens – era a de que, 30 anos depois, a Didática continuava “em questão”. O pensar e o fazer foram debatidos como dimensões indissociáveis. Os objetivos das práticas e as formas de construí-las, bem como o conteúdo presente nessas práticas, estiveram no centro das discussões. Pesquisadores renomados como Tardif, Zeichner, Almerindo e Cortella participaram com suas contribuições, reacendendo, inclusive, o legado de Paulo Freire frente aos dilemas contemporâneos.

O XV ENDIPE ocorreu em Belo Horizonte, em 2010, sob o título *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. O texto de apresentação do evento explicita que “nesse momento presencia-se um conjunto de duras críticas ao desempenho da educação básica no país e, ao mesmo tempo, concretizam-se respostas importantes do governo federal com a implantação do Programa REUNI, programa de expansão das universidades públicas brasileiras, com uma amplitude e extensão jamais vistas pela história deste país” (2010, p. 6). É possível que este tenha sido o maior dos ENDIPES, com mais de 6 mil interessados em participar e apresentar trabalhos. A comissão científica precisou aprovar apenas 50% das inscrições, considerando que o espaço físico do evento comportava cerca de 3 mil participantes. Acredita-se que esse interesse esteja relacionado ao contexto histórico da educação nacional e à relevância dos ENDIPES como espaços de mobilização, produção acadêmica e articulação da comunidade docente. A política federal de expansão dos cursos de pós-graduação, com incentivos da CAPES, favoreceu a presença de mestres, doutores e pós-graduandos, o que se refletiu na qualidade e na diversidade dos trabalhos apresentados. O texto de apresentação da coleção de livros do evento registra: “A coordenação geral do evento tomou a decisão de subdividir o tema central em campos bem definidos para permitir a análise das tendências atuais em cada campo, favorecendo a socialização dos resultados dos estudos e o diálogo com as diferentes áreas” (Dalben *et al.*, 2010, p. 6-7). Foram organizados 90 simpósios com pesquisadores convidados da Didática, e essa produção foi registrada em uma coleção de seis volumes. Os temas abordaram, entre outros: Alfabetização e Letramento; Arte-Educação; Avaliação Educacional; Currículo; Didática; Educação a Distância e TICs; Educação Ambiental; Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo; Educação em Ciências; Educação Indígena; Educação Infantil; Educação Matemática; Ensino Superior; Escola, Família e Comunidade; Formação Docente; Políticas Educacionais; Relações Raciais; Trabalho Docente. Observa-se que as pesquisas nas Didáticas Específicas estavam fortemente representadas.

É importante fazer uma ressalva ao artigo analisado nesta resenha, quando, na página 16, os autores justificam a ausência das Didáticas Específicas nos ENDIPES realizados após 2010. Eles associam esse fato à possível criação de espaços próprios para o debate das áreas específicas do conhecimento. Ainda assim, destacam, com pertinência, a importância de se compreender de forma integrada o papel da Didática Geral e das Didáticas Específicas. Apontam que, embora apresentem fundamentos epistemológicos distintos e naturezas próprias, ambas são disciplinas fundamentais para a constituição de um campo capaz de dialogar com a complexidade do ato de ensinar.

Entretanto, nossa explicação para o desaparecimento desse debate nos eventos posteriores ao XV ENDIPE é diferente. O XV ENDIPE, ocorrido em 2010, contou com uma participação intensa e ativa das diferentes Didáticas Específicas, sendo considerado um dos maiores encontros em termos de participação acadêmica e de professores da Educação Básica, mestres e doutores, como explicitado nos parágrafos anteriores. Nos ENDIPES subsequentes, porém, observou-se uma redução no porte dos eventos, com menor número de simpósios e, consequentemente, de “convidados oficiais”, ou seja, pesquisadores representantes das respectivas Didáticas Específicas e de suas temáticas. Isso acabou restringindo o espaço formal, no desenho da organização, para o debate das Práticas de Ensino

Específicas. Em geral, um convidado oficial tende a se articular academicamente com outros colegas de sua rede, que, por sua vez, submetem painéis e trabalhos individuais, ampliando o escopo de inscrições e aceitações. Nesse sentido, não se trata necessariamente de uma decisão explícita, mas sim de uma opção organizativa assumida pelas coordenações que sucederam ao XV ENDIPE. Nesse contexto, pode-se considerar que a própria criação da ANDIPE – Associação Nacional de Didática e Prática de Ensino – constituiu-se como um reflexo das análises dos contextos político-educacionais que influenciaram essa opção. Fica, portanto, uma pergunta a ser respondida.

FINALIZANDO A CONVERSA ENTRE PARES...

Certamente, o artigo que deu origem a estas reflexões representa uma contribuição relevante para a área educacional e, em especial, para o campo da Didática e do Ensino.

A história dos ENDIPES constitui um registro vivo do engajamento dos pesquisadores da área no enfrentamento dos diferentes contextos educacionais, considerando a natureza epistemológica da Didática, centrada na prática pedagógica e tendo como objeto o processo de ensino em suas múltiplas dimensões e nos mais diversos contextos sociais, geográficos e culturais.

Embora, em tempos anteriores, a Didática tenha sido preconceituosamente acusada de se restringir a reflexões não críticas, pautadas por regras e preceitos genéricos, hoje reafirma seu estatuto como área científica. Isso se evidencia pelas pesquisas consolidadas ao longo de mais de 60 anos nesses significativos ENDIPES – aqui carinhosamente rememorados – e pelo forte componente crítico presente nas posições políticas de seus autores.

REFERÊNCIAS

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod_folder/content/0/Chervel.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2023.

CUNHA Maria Isabel; ABRAHÃO, Maria Helena Barreto. Apresentação. In: EGGERT, Edla et al. *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Simpósios desenvolvidos no XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, realizado de 27 a 30 de abril de 2008, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

CUNHA, Maria Isabel da. *A docência como ação complexa: o papel da Didática na formação do currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

DALBEN, Angela I. L. F et al. Apresentação da Coleção In: CONVERGÊNCIAS e tensões no campo da formação e do trabalho: docente/ Textos selecionados do XV ENDIPE – Encontro de Didática e Prática de Ensino: realizado na UFMG, no período de 20-23 de abril de 2010. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARCELO, Carlos Garcia. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. *O conteúdo da didática: um discurso da neutralidade científica*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lucia; JUNQUEIRA, Sergio R. A. (org.). *Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa didática e ação docente*. Curitiba: Champagnat, 2004.

SILVA, Aída Maria Monteiro *et al.* Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (13:2006. Recife.PE). *Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos: desafios para a inclusão social*. Recife: ENDIPE, 2006.

SOARES, Magda. Prefácio *In:* OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. *O conteúdo da didática: um discurso da neutralidade científica*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

TIBALLI, Elianda F. Arantes; CHAVES, Sandramara Matias (org.). *Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 Trabalhos apresentados nos simpósios e mesas redondas do XI ENDIPE, realizado no mês de maio de 2002, em Goiânia-GO.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A aventura de formar professores*. Campinas: Papirus, 2009.

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Submetido: 27/06/2025

Aprovado: 01/07/2025